

ESTATUTO DO INSTITUTO CARVALHO EMENEKWUM (ICE)

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Artigo 1º – O Instituto Carvalho Emenekwum (ICE) é uma associação civil **sem fins lucrativos ou políticos**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e atuação em território nacional.

Artigo 2º – Missão, Visão e Finalidades

1. Missão:

"Promover equidade, saúde integral e inclusão radical para famílias com crianças neurodivergentes, mães solo e jovens periféricos, através de alimentação sustentável, empreendedorismo, esporte comunitário e pesquisa científica."

2. Visão:

"Ser referência nacional em iniciativas de apoio alimentar e promoção da saúde integral, da educação e da cultura para famílias neurodivergentes e periféricas, inspirando políticas públicas e parcerias acadêmicas que fomentem a inclusão e transformem a realidade das comunidades."

3. Finalidades:

- a) Fornecer refeições nutritivas, sem alérgenos e à base de plantas, para famílias periféricas com crianças neurodivergentes, priorizando mães solo não-brancas;
- b) Desenvolver pesquisas científicas em parceria com universidades sobre a relação entre saúde intestinal, neurodivergência e regulação cerebral;
- c) Promover educação nutricional para famílias e cuidadores de crianças neurodivergentes por meio de workshops e materiais acessíveis;
- d) Capacitar pessoas periféricas em empreendedorismo e geração de renda, priorizando mães solo não-brancas;
- e) Desenvolver programas que atendam às necessidades das comunidades periféricas, com transparência e sustentabilidade visando a inclusão social;
- f) Desenvolver programas e realizar eventos educacionais, culturais e esportivos, com foco em trazer autonomia para a realização da manutenção da saúde de maneira integral, promoção da alimentação saudável, acessível e sustentável, e fomentar a inclusão social;
- g) Combater todas as formas de opressão estrutural, valorizar saberes tradicionais não-europeus e promover práticas decoloniais;
- h) Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para projetos de impacto social, e para influenciar políticas públicas relacionadas à nutrição neurodivergente;

- i) Estabelecer parcerias e promover ações de captação de recursos para garantir a sustentabilidade do Instituto.
-

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS IMUTÁVEIS E COMPROMISSOS

Artigo 3º – Princípios Imutáveis:

O ICE rejeita categoricamente:

1. **Discriminação** por raça, etnia, origem, gênero, orientação sexual, diversidade funcional, credo, religião, condição corporal e espécie;
2. **Práticas coloniais e opressões estruturais**, incluindo, mas não se limitando a: racismo, capacitismo, LGBTQIA+fobia, sexismo, discriminação contra corpos dissidentes e racializados, intolerância religiosa, proselitismo religioso ou político, apagamento de saberes tradicionais e imposição de padrões culturais eurocêntricos.
3. **Violência simbólica, psicológica ou física** contra corpos negros, indígenas, periféricos, com deficiência, neurodivergentes, dissidentes de gênero, gordos, magros, envelhecidos ou não conformes às normas sociais e culturais eurrreferenciadas.

Artigo 4º – Compromissos Práticos:

1. Ambiente seguro:

- Nenhum associado, voluntário ou beneficiário poderá utilizar os espaços ou recursos do ICE para:
 - Discriminação, opressão, constrangimento e/ou reprodução de estereótipos de soberania colonial;
 - Praticar proselitismo religioso ou político, seja no sentido de conversão, coerção ou imposição de crenças e ideologias;
 - Reproduzir ou validar estereótipos coloniais (ex.: inferiorizar culturas não europeias).
 - Promoção de ideologias ou candidaturas partidárias.

2. Formação contínua:

- Colaboradores e parceiros participarão de capacitações anuais sobre:
 - Antirracismo e decolonialidade;
 - Neurodiversidade, acessibilidade e direitos humanos;
 - Respeito à diversidade.

3. Código de Conduta:

- Violações resultarão em:
 - **Primeira Ocorrência:** Advertência formal por escrito;

- **Segunda Ocorrência:** Suspensão temporária das atividades no ICE;
 - **Terceira Ocorrência:** Desligamento imediato do associado, voluntário ou colaborador.
-

CAPÍTULO III – DA GOVERNANÇA

Artigo 5º – Diretoria Executiva:

A Diretoria Executiva do ICE será composta pelos seguintes cargos:

1. Composição:

- **Presidenta e Tesoureira:** Adriele Poliana Carvalho dos Santos;
- **Vice-Presidente e Coordenadora de Projetos Culturais:** Laís Albano Carvalho Ribeiro;
- **Coordenador de Esportes e Parcerias:** Felipe Augusto Prado Emenekwum;
- **Secretária Executiva, Coordenadora de Comunicação e Supervisão Financeira:** Natasche Alexandrina Santos dos Passos.

Artigo 6º – Funções da Diretoria:

1. Presidenta e Tesoureira

- **Representação Legal:**
 - Representar o ICE perante órgãos públicos, privados e a comunidade em geral;
 - Assinar documentos, contratos e convênios em nome do Instituto.
- **Gestão Estratégica:**
 - Definir as diretrizes estratégicas do ICE, alinhadas à missão e aos princípios institucionais.
 - Supervisionar a execução e administração dos programas.
- **Gestão Financeira:**
 - Aprovar orçamentos e planos financeiros.
 - Validar, em conjunto com a Secretária Executiva, despesas acima de R\$ 5.000,00.
 - Garantir a transparência e prestação de contas aos doadores e órgãos fiscalizadores.

2. Vice-Presidente e Coordenadora de Projetos Culturais

- **Coordenação de Projetos Culturais:**
 - Planejar eventos culturais e promover a integração de iniciativas culturais externas.
- **Parcerias Acadêmicas:**
 - Estabelecer colaborações com universidades e centros de pesquisa.

- Apoiar a captação de recursos para pesquisas científicas relacionadas à missão do ICE.
- **Apoio à Presidência:**
 - Substituir a Presidenta em sua ausência.
 - Auxiliar na tomada de decisões estratégicas.

3. Coordenador de Esportes e Parcerias

- **Gestão do Programa 360flip:**
 - Organizar aulas de skate, eventos esportivos e mentorias para jovens periféricos.
 - Garantir a sustentabilidade do programa por meio de captação de Grants e parcerias.
- **Captação de Recursos:**
 - Buscar doações e parcerias com marcas esportivas.
 - Desenvolver propostas de patrocínio e colaboração com instituições públicas e privadas.
- **Relações Institucionais:**
 - Representar o ICE em eventos esportivos e comunitários.
 - Estabelecer conexões estratégicas para ampliar o impacto do Instituto.

4. Secretária Executiva, Coordenadora de Comunicação e Supervisão Financeira

- **Gestão Administrativa:**
 - Organizar e manter a documentação do ICE (atas, relatórios, registros).
 - Coordenar reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais.
- **Comunicação Institucional:**
 - Gerenciar redes sociais, site e relações com a imprensa.
 - Desenvolver campanhas de divulgação e captação de recursos.
- **Supervisão Financeira:**
 - Controlar o fluxo de caixa e emitir relatórios financeiros.
 - Assessorar a gestão financeira com orientações estratégicas.
 - Acompanhar a elaboração de orçamentos e propor melhorias na gestão financeira do ICE.
 - Apoiar a Tesouraria na prestação de contas e transparência fiscal.

Artigo 7º – Remuneração e Reembolso:

1. A Diretoria poderá ser remunerada e reembolsada por despesas relacionadas às atividades do ICE (transporte, alimentação, materiais);
 2. Critérios serão definidos em **regimento interno**, aprovado pela Assembleia Geral, com transparência e responsabilidade financeira.
-

CAPÍTULO IV – VOLUNTARIADO

Artigo 8º – Cláusula de Voluntariado:

1. O ICE poderá contar com voluntários para auxiliar na execução de suas atividades.
 2. O trabalho voluntário não cria vínculo empregatício, remuneração ou poder decisório, conforme termos de adesão previamente assinados.
 3. Os voluntários devem seguir o Código de Conduta do ICE e participar das capacitações necessárias.
 4. Todos assinarão **Termo de Adesão** com direitos, deveres e expectativas claras.
-

CAPÍTULO V – CLÁUSULAS DE PROTEÇÃO INSTITUCIONAL

Artigo 9º – Cláusula de Proteção ao Nome e Identidade:

1. O nome "Instituto Carvalho Emenekwum", logotipos e missão são **propriedade imaterial dos fundadores** e não poderão ser alterados sem a aprovação unânime dos mesmos.

Artigo 10º – Cláusula de Destinação do Patrimônio:

1. Em caso de dissolução, o patrimônio líquido será destinado a uma instituição de fins similares, escolhida por **unanimidade dos fundadores**.

Artigo 11º – Cláusula de Alteração do Estatuto:

1. Mudanças exigirão aprovação de **75% da Diretoria e 100% dos fundadores**, garantindo a preservação dos princípios.

Artigo 12º – Cláusula de Governança e Sucessão

1. Os cargos-chave (Presidenta/Tesoureira e demais funções estratégicas) deverão ser preenchidos prioritariamente por membros fundadores ou candidatos indicados e aprovados unanimemente pelos fundadores.
2. Em processos de sucessão, os fundadores deverão ter poder decisório para assegurar a continuidade da missão e dos valores do ICE.

Artigo 13º – Conselho Consultivo:

1. O ICE instituirá um Conselho Consultivo composto por especialistas parceiros – tais como nutricionistas, educadores e líderes comunitários – e por representantes das famílias atendidas pelo Instituto.
2. O Conselho Consultivo terá a função de assessorar a Diretoria na formulação, avaliação e aprimoramento dos projetos e ações do ICE, fornecendo feedback e

recomendações que garantam o alinhamento das iniciativas às reais necessidades das comunidades.

3. As reuniões do Conselho Consultivo ocorrerão periodicamente, em datas definidas em regimento interno, e suas deliberações terão caráter consultivo, subsidiando a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria.
4. A composição, o mandato e as regras de funcionamento do Conselho Consultivo serão definidos em regimento interno, aprovado em Assembleia Geral, garantindo representatividade e transparência nas ações do ICE.

Artigo 14º – Cláusula de Revisão Periódica:

Este estatuto será revisado a cada 2 anos, em Assembleia Geral, para que se mantenha atualizado e em consonância com as transformações sociais, reafirmando os princípios de contracolonialidade, inclusão e proteção institucional.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, respeitando a legislação vigente.

Artigo 16º – Este Estatuto entra em vigor após registro em cartório.
